

ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

Ata n.º 029/06.

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e seis, às dezoito horas e dezoito minutos, pelos fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram a presente Ata, reuniram-se para Assembléia Ordinária na sede do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Porto Alegre, sito Rua Cel. Genuíno, n.º 421, 3º andar – Esplanada dos Açores, sob coordenação da Vice-Presidente Sandra Mara Nunes, FASC, e na presença dos **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Eliane Gassen – **USBEE**; Arnaldo Batista S. dos Santos – **Sociedade Educação e Caridade – Instituto São Benedito**; Denise Araci Leonhardt – **Associação Cristã Feminina**; Maria Bernadette M. de Medeiros – **CRESS**; Milda Stroschoen Pinent – **UAMPA**; Iara de Fátima Bueno da Rosa e Miriam Dabdab D. Kolinger – **CORAS Centro**; Maria de Lurdes dos Santos – **CORAS Centro-Sul**; Lourdes Maria Pretto (*Provisória*) – **CORAS Cristal**; Josiane S. Cardoso – **CORAS Cruzeiro**; Rita Schroeder (*Provisória*) – **CORAS Eixo Baltazar**; Heloísa Helena L. Vinõlo – **CORAS Glória**; Frei José Bernardi – **CORAS Ilhas/Humaitá/Navegantes**; Carlos. B. da Silva – **CORAS Leste**; Francisco T. de Lima – **CORAS Lomba do Pinheiro**; Rose Ceroni Canolar e Ronaldo B. de Brites (*Provisórios*) – **CORAS Nordeste**; Marister da Cunha Jonh – **CORAS Noroeste**; Elvira C. da Silva – **CORAS Norte**; Paulo Francisco da Silva – **CORAS Partenon**; Marisa Godinho da Silva (*Provisória*) – **CORAS Restinga**; Gleci Godoy Alvarenga – **CORAS Sul. CONSELHEIROS DO GOVERNO**: Carmem Lopes – **Câmara Municipal**; Márcia L. Soares – **DMAE**; Andréia P. Leal – **DMLU**; Cláudia Ilha de Lima e Sandra Mara Nunes – **FASC**; Eloísa Helena C. Strehlau – **SMC**; Marinês Sanhudo – **SMED**; Isabel Maria Walenciuk – **SMF**; Patrick de O. Teixeira – **SMCPGL. FALTAS JUSTIFICADAS**: Maria Lopes Rodrigues – **CORAS Norte**; Vilma Maria O. da Silva – **SMA**; Maria do Carmo de Souza – **SMED. AUSENTES/SOCIEDADE CIVIL**: Eunice Zimmermann – **Instituto Leonardo Murialdo**; Rose Iara dos Santos (*Provisória*) – **CORAS Extremo-Sul. AUSENTES/GOVERNO**: Cristina N. de Moraes Torres e José Valdir R. da Silva – **Câmara Municipal**; Sueli Terezinha Luckemeyer e Letícia G. de Souza – **DEM HAB**; Joana O. Fernandes – **SMA**; Júlio Fontoura e Paulo Ricardo Pontes – **SMDHSU**; Olyntho C. Filho e Cleber da Silva Andrade – **SME**; Carlos Fernando S. Filho – **SMGL**; Carmen Lúcia S. Garcia – **SMIC**; Adriana M. Maciel e Miriam Cardon Prikladnicki – **SMS**; Lúcia Cristina D. Capitão e Malena B. Ramos, Juliana de Oliveira C. Costa e Vera S. Karros, Maria Del Pilar V. Solana e Carla N. Santos, Meire Ana B. da Silva e Mercedes Helena Vicentini – **STCAS. Governo Federal**: Sem representação de Conselheiros. Após assinatura da lista de presenças, a Sra. Presidente deu início aos trabalhos. **Pauta: 1. Processo de Entidades (Manutenção, Recadastramento, Novas); 2. Dias e Horários das Comissões; 3. Ação Rua; 4. Relato sobre a Reunião Ampliada do CNAS (e demais representações); 5. Projetos para MDS – Emendas Parlamentares e Portarias; 6. Informes: Resolução aditamento convênios; eleições; 7. Atas 24, 25 e 26/06; 8. Confraternização 18/12; 9. Calendário 2007. Sra. Presidente (Sra. Sandra Mara Nunes):** Boa-noite. Hoje eu e a Iara estaremos coordenando a Planária, a Mariazinha está com problema de saúde, não pode vir. Então, hoje fica a vice-Presidente e o Arnaldo, a Maria do Carmo também está viajando, não estará aqui hoje. Falta só uma pessoa para fecharmos o *quorum*, enquanto isso vamos dando os informes. **6. Informes: Resolução aditamento convênios; eleições.** O primeiro informe é sobre a Resolução n.º 163/06, que nós aprovamos a última Plenária. A Iara vai ler para vocês. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** “Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n.º 352/95, resolve: aprovar aditamento de todos os convênios em vigor com a FASC até 31-03-207, com exceção do SASE Travessia, cujo termino do convênio é 28-02-2007. sessão Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, em 20 de novembro de 2006”. **Sra.**

49 **Presidente:** Tem a próxima resolução. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Resolução n.º 166/06:
50 “Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, no uso das atribuições que lhe confere
51 a Lei Complementar n.º 352/95, resolve: aprovar os projetos Vida com Qualidade na Creche e
52 Renascendo a Esperança, apresentados pela Obra Social Santa Luzia. Conselho Municipal de
53 Assistência Social de Porto Alegre, em 20 de novembro de 2006”. **Sra. Denise Araci Leonhardt:**
54 Existe uma Obra Social Santa Luiza em Porto Alegre, existe o Instituto Santa Luzia. **Sra. Iara de**
55 **Fátima Bueno da Rosa:** Isto aqui apareceu já aqui, nós temos como conferir qual é o nome certo,
56 porque o projeto já foi apresentado aqui na outra Planária. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** Eu não
57 estou querendo discutir, só estou colocando que há duas entidades diferentes. **Sra. Iara de Fátima**
58 **Bueno da Rosa:** Nós vamos conferir, porque isso já aconteceu aqui. **Sra. Presidente:** Vamos
59 seguir a Pauta. O primeiro ponto é Processo de Entidades. A Iara vai apresentar e a gente vota em
60 bloco. **1. Processo de Entidades (Manutenção, Recadastramento, Novas).** **Sra. Iara de Fátima**
61 **Bueno da Rosa:** Nós temos inscrições novas: Hospital Banco de Olhos de Porto Alegre (Região
62 Noroeste); Associação Luiza Ferrari (Região Partenon); Instituto de Amparo ao Excepcional
63 (Região Cristal); Sociedade de Ação Social Recreativa Beneficente Cultural e Bloco Afro Odomodê
64 (Região Centro); Associação Júnior Irmã do Rio Grande do Sul (Região Centro). Só queria fazer
65 uma ressalva a respeito de duas entidades aqui, que é a ressalva feita pelo Departamento Jurídico do
66 Conselho. Quando tem algum problema no Estatuto, que não fecha direitinho, o Jurídico passa para
67 a Secretaria e chama a entidade para corrigir. Então, a proposta que temos a fazer é o seguinte: para
68 o Bloco e Afro Odomodê e para a Associação Júnior Irmã do Rio Grande do Sul, para que se faça
69 uma inscrição com validade de seis meses para alterar o Estatuto. Tem algumas entidades que a
70 gente fez a inscrição com a validade de dois anos e fez uma observação de que alterasse o Estatuto,
71 mas daqui a pouco não fazem mais. Então, isso acaba prejudicando quem faz certo. Então, faz dessa
72 forma, com seis meses e perde a validade, inclusive, dentro do próprio atestado vai estar escrito que
73 são só seis meses em função do Estatuto. O Estatuto não está de todo, tem muitos itens que estão
74 ok, mas aí é um que outro artigo. Aqueles que se pagam que se beneficiam, que não recebem, essas
75 coisas têm, mas tem alguma outra coisa na posição do jurídico que não é totalmente de acordo com
76 a 089. Nós temos aqui entidade que tem emenda parlamentar, que não vai receber a emenda se não
77 tiver a inscrição, mas nós temos outros casos, mas só chamando a atenção para nós não deixarmos
78 tão aberto, mas é uma forma de também fazer com que as entidades respeitem a questão de que a
79 documentação tem que estar completa. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** Eu queria argumentar ali que
80 a Júnior “Andina” é uma OSCIP. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Nós pedimos o Estatuto,
81 mas ali no Estatuto dela não diz que recebe, a OSCIP pode receber. O que ocorre é o seguinte:
82 inscrição a gente pode dar, não tem problema, o problema todo é a certificação em cima que não
83 recebe. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** A primeira, a OSCIP, atende registro aqui no Conselho,
84 porque o Estatuto dela é um pouquinho diferente. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Alguma
85 dúvida a respeito disso? **Sra. Lourdes Maria Pretto:** Só a questão a INAMEX, que nós na região
86 pedimos para ser o mesmo número de registro. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** É o Instituto
87 de Amparo? Quem é o problema? **Sra. Lourdes Maria Pretto:** O problema é que a região solicitou
88 a permanência do número da inscrição antiga. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Nós estamos
89 falando de inscrição nova, a INAMEX está aqui como inscrição nova. Essa é uma condição, nós
90 temos uma série de prazos para recadastramento, mandamos carta registrada, fomos atrás e a
91 INAMEX só veio para cá em função porque tem uma emenda parlamentar. **Sra. Lourdes Maria**
92 **Pretto:** Nós estivemos junto com a INAMEX este ano todo trabalhando na documentação. Eu não
93 sei onde está a dificuldade de manter o mesmo número, só isso. É nova? É nova, mas mantém o
94 mesmo número. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Desculpa, mas não é essa a discussão que
95 estamos fazendo aqui, nós estamos falando de inscrição nova, ela tem um número novo e é em cima
96 desse número novo que vai trabalhar. E não é uma posição da Iara, mas é porque já tivemos reunião
97 aqui e tem o registro do cancelamento da inscrição da INAMEX, daí perde o sentido da coisa,

98 porque nós fizemos uma reunião onde cancelamos a inscrição, aí na outra vamos dar uma inscrição
99 nova com o mesmo registro? Não, está liberado o registro, mas é um novo número. Está
100 compreendido? **Sra. Lourdes Maria Pretto:** Não aceito, mas está compreendido. **Sra. Iara de**
101 **Fátima Bueno da Rosa:** É uma questão legal. Tudo ok com essas, aprovado? Então, está aprovado.
102 Agora nós temos entidades para cadastramento: Associação Pró-Reabilitação de Excepcionais Lar
103 Feliz (Noroeste); Associação dos Moradores da Vila Cruzeiro dos Sul (Cruzeiro); Artesanato
104 Marista Santa Isabel (Nordeste); Fundação Brigada Militar (Centro); Associação Educacional e
105 Beneficente Emmanuel (Noroeste); Associação Instrutora da Juventude Feminina (Leste);
106 Sociedade Beneficente Creche São Pedro (Lomba do Pinheiro); Associação Beneficente Nossa
107 Senhora da Assunção. A Sociedade Beneficente Creche São Pedro é o mesmo caso, seis meses de
108 validade em função do Estatuto. Alguma pergunta? **Sra. Rose Ceroni:** O cadastramento da
109 Entidade Santa Isabel, eu não sei se a gente poderia estar discutindo isso aqui, eu sou nova aqui,
110 estou representando a Região Nordeste e quais seriam os trâmites? **Sra. Iara de Fátima Bueno da**
111 **Rosa:** Só deixa eu encaminhar. Tu tens dúvida deste processo? **Sra. Rose Ceroni:** Não. **Sra. Iara**
112 **de Fátima Bueno da Rosa:** Eu posso explicar depois. Alguma dúvida a respeito de entidades aqui?
113 Não? Podemos aprovar. Ok, então, aprovado. Só vou esclarecer a tua dúvida. A respeito do
114 cadastramento é através da 089, com a 019, nós temos as duas resoluções. Elas estão no *site*:
115 Departamento, FASC e CMAS. Lá diz o caminho do cadastramento. O prazo de validade da
116 inscrição são dois anos, mas a entidade tem que fazer manutenção todo ano, porque é obrigada a
117 entregar ao CMAS relatório das atividades que fez no ano anterior e o que está previsto para fazer
118 naquele ano. Em princípio é isso. Tem a questão das visitas para a entidade nova, que ela se
119 apresenta na CORAS, na CORAS a entidade faz a solicitação de visita. Na CORAS forma uma
120 comissão de no mínimo três pessoas para voltar onde os Conselheiros e o pessoal da CORAS se
121 baseiam no relatório de atividades da entidade, para ver se fecham as coisas. E uma recomendação
122 aos Conselheiros de CORAS: não fiquem responsáveis por entrega de documentos das entidades no
123 Conselho. O único documento que o Conselheiro tem que fazer para as entidades é o parecer de
124 visita. O documento da entidade não é obrigação do Conselheiro ficar com estatuto, não é obrigação
125 e não é direito também. **2. Dias e Horários das Comissões. Sra. Presidente:** Agora vamos para o
126 próximo ponto. Vocês lembram que há algumas Plenárias nós tiramos a composição das comissões
127 que fazem parte do CMAS. Nós temos uma listagem aqui das pessoas que compõem as comissões.
128 A proposta de hoje é a necessidade urgente da definição dos dias e horários das comissões para
129 começarmos. A Comissão de Creches já tinha uma data marcada, mas não aconteceu a reunião. Eu
130 queria saber se mantém essa data? Não adianta, a Eloísa e a Gislaire não estão. **Sra. Iara de**
131 **Fátima Bueno da Rosa:** Está a suplente dela. **Sra. Josiane S. Cardoso:** Ela é a minha suplente.
132 **Sra. Presidente:** Tem algumas demandas já estão acumuladas nas comissões. Então, a Comissão de
133 Fiscalização e Controle tem 46 processos para manutenção e cinco processos para cadastramento,
134 que está aguardando a realização de reunião para estar encaminhando esses processos. A Comissão
135 de Normas também tem sete processos. A proposta é que não aconteçam todas na quarta-feira,
136 porque já acontece a da Executiva. Então, tem problema de espaço, de sala, mas se for á tarde pode.
137 **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Eu e ela podemos à tarde. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** É a
138 de Normas, Fiscalização e Controle. **Sra. Presidente:** Uma é Normas e a outra Fiscalização e
139 Controle. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** Para entidades novas é a de Normas, as que já estão
140 cadastradas é Fiscalização e Controle. **Sra. Presidente:** Aqui estão colocadas quatro comissões.
141 Tem a Comissão de Normas, Comissão de Políticas Sociais, Comissão de Fiscalização e Controle e
142 a Comissão do Bolsa Família, que é a discussão que vamos fazer no dia 18. Então, na Comissão de
143 Normas: Denise, Míriam, Cristina e Patrick. Comissão de Políticas: Carlos, Eliane, Iara, Maria do
144 Carmo, Marinês, Claudia Ilha de Lima, Heloísa Vinõlo e Maria Bernadete. Serviço e Controle:
145 Paulo Francisco, Milda, Denise e Iara. A Comissão de Normas agendou para quarta-feira às 16
146 horas. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu gostaria de fazer uma ressalva aqui, que não fique

147 oficializado aqui, mas a Diva, como Assessora Técnica do Conselho, tenha assento em que uma das
148 comissões sempre que tiver disponibilidade de participar. **Sra. Presidente:** Vocês concordam?
149 Quem concorda a assessora acompanhe as comissões sempre que for possível? Quem discorda?
150 Quem se abstém? Duas abstenções. Aprovado. É importante que a gente tenha o funcionamento das
151 comissões, então, vamo-nos esforçar para manter os agendamentos. **Sr. Paulo Francisco da Silva:**
152 Nesta quarta-feira, a de Fiscalização e Controle, eu tenho uma atividade à tarde, já estava agendada
153 no trabalho, vai ficar impossível de eu comparecer. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** O
154 pessoal vai ficar ligando, aí você dá um toque que tem outra coisa. **Sra. Presidente:** O teu problema
155 é só na próxima quarta? **Sr. Paulo Francisco da Silva:** Só a próxima quarta. **3. Ação Rua. Sra.**
156 **Presidente:** O próximo ponto de pauta é o Ação Rua. Vocês lembram que foi feita uma
157 apresentação aqui, os representantes da FASC, responsáveis pelo Ação Rua estão aqui para se
158 houve a necessidade de esclarecimentos. Foi enviada uma cópia do processo para todos os
159 Conselheiros. Todos receberam? Só duas não receberam. Nós precisamos hoje colocar o projeto em
160 votação. A Plenária não se sentiu suficientemente segura para fazer a votação e foi proposto receber
161 uma cópia do projeto para estar lendo e examinando. Tu queres propor alguma coisa? **Sra. Marisa**
162 **Godinho:** Naquela reunião, tu até deves lembrar, eu insisti para que mandassem uma cópia,
163 marquei com a região uma reunião extraordinária para mostrar o projeto e me foi informado pelo
164 gerente da FASC, inclusive a reunião foi esvaziada por isso, de que não estariam mandando o
165 projeto, porque estariam reformando o projeto, principalmente na questão financeira. Foi dito pelo
166 gerente da FASC, esta reunião deve estar em Ata. Até hoje não recebi o projeto, tenho perguntado
167 inclusive. Eu fiquei incomodando o gerente porque eu queria ter levado para a região antes de
168 trazerem para cá. **Sra. Presidente:** O conhecimento do projeto foi feito pelo CMAS, não foi pela
169 FASC. A FASC encaminhou por *e-mail* o projeto para cá e a Secretaria do Conselho encaminhou
170 para as CORAS. **Sra. Marisa Godinho:** Eu gostaria de saber para onde foi enviado para a região
171 Restinga, para mim não foi, deixei o e-mail aqui, ainda fiz a sugestão para que fosse para a gerência
172 da FASC. **Sra. Presidente:** Para a FASC não foi feito nenhum contato. **Sra. Marisa Godinho:** Foi-
173 me garantido pelo gerente. E não tem como saber se o Conselho enviou para o meu *e-mail* que
174 deixei aqui também? Porque também não recebi. **Sra. Presidente:** No momento não temos como
175 saber. **Sra. Marisa Godinho:** Eu quero deixar registrado o meu lamento. **Sra. Iara de Fátima**
176 **Bueno da Rosa:** Fora o projeto, tu estás recebendo? **Sra. Marisa Godinho:** Eu não estou
177 recebendo nada, até quero registrar, na reunião passada eu não pude vir, nós tínhamos a Semana da
178 Restinga, não consegui, foi a única ordinária que eu não vim. Aí o edital de eleições foi enviado
179 direto para a gerência, não foi enviado para mim. O gerente, inclusive, por inexperiência, marcou
180 uma reunião ele próprio, informou em reunião que o CMAS ou tinha autorizado a ele marcar uma
181 reunião, mas tudo bem, o edital chegou para ele, fizemos um a reunião extraordinária, aí liguei para
182 o CMAS para saber o que tinha acontecido, aí me pediram novamente os meus telefones, era a
183 terceira vez que eu informava, porque disseram não terem os meus telefones. **Sra. Iara de Fátima**
184 **Bueno da Rosa:** Dá uma olhada na lista o teu *e-mail*. Eu não estou aqui para fazer defesa de
185 ninguém, porque se tu estivesse recebendo outras coisas e não o projeto, mas talvez haja alguma de
186 errado. E a tua dúvida quanto ao editar, só quero-te esclarecer: o Conselho não mandou o edital para
187 os Conselheiros, ficou acertada a data da eleição, saiu o Edital no DOPA e a FASC enviou o DOPA
188 para os gerentes para divulgarem. **Sra. Presidente:** Alguma questão, algum esclarecimento a
189 respeito do Ação Rua? **Sra. Josiane S. Cardoso:** Na questão do Projeto Ação Rua o que me deixa
190 preocupada é a questão orçamentária para as equipes, sendo pelo menos no que eu analisei, que da
191 Rede Conveniada o valor é bem menor do que da Rede Própria em termos de custo. **Sra.**
192 **Presidente:** Na Rede Própria são funcionários regidos pelo Estatuto do Funcionário Público, que
193 tem um conjunto de vantagens salariais que não são previstas na CLT. Em termos de salário base
194 não é muito maior, o que agrega são as gratificações e demais vantagens que tem no contrato, no
195 regime de trabalho do servidor público. Não tem como alterar isso, são dois regimes diferentes. **Sra.**

196 **Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu não sei se vocês leram a Ata da Comissão de Políticas a
197 respeito do Ação Rua. **Sra. Presidente:** Sim. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Até para
198 esclarecer para a Joseane dessa questão do salário, que foi uma das coisas que nós batemos em cima
199 no primeiro momento, porque havia a solicitação de entidades que participaram da discussão do
200 projeto. Estabeleciam que eram R\$ 20.000,00 por mês de cada grupo e a gente abriu a conta, nós
201 queríamos aberta. Eu tenho aqui, porque eu fiz uma das atas. A gente foi pegando cada item dos
202 problemas que foram levantados, e diz que assim, nós fizemos um paralelo entre os salários da faz e
203 da entidade, a diferença do valor do núcleo estava exatamente nas vantagens, porque o ponto de
204 partida era o mesmo. Então, nós fizemos essa comparação. Havia uma proposta da FASC de R\$
205 13.000,00, em cima disso passou para R\$ 14.000,00, e depois a gente abriu, deve estar dentro do
206 projeto aberto o cálculo, essas coisas assim. Foi uma coisa que a gente se preocupou, porque não era
207 três e não era vinte. Só estou esclarecendo, não estou defendendo nada. **Sra. Presidente:** Houve
208 uma ampliação no recurso de vale-transporte e de telefone fixo e celular, houve uma ampliação dos
209 valores. **Sra. Heloísa Helena L. Vinõlo:** Todos esses detalhes foram esclarecidos, mas eu tenho
210 dúvida, o valor que vai sair para esse projeto é oito vezes o que vai ser investido em programas de
211 2007. Para programas tem R\$ 300.000,00 e para o Ação Rua tem R\$ 2.561.000,00. Então, eu fico
212 preocupada, porque as entidades vêm aqui pedir recurso, manda demandar no OP, o OP não tem o
213 recurso que deveria ter para essas entidades que estão pedindo convênios novos e para o Ação Rua
214 vai ter todo esse valor. É essa a minha preocupação. **Sra. Presidente:** Nós vamos, então, colocar o
215 projeto em votação. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu daria um outro encaminhamento. Eu
216 acho o seguinte: Heloísa, eu concordo plenamente contigo. Agora, também tem um ponto que nós
217 temos que ver. Se foram feitas as reuniões do Orçamento Participativo nas regiões, se houve as
218 demandas, como tem uma lista de demandas, nós até fizemos uma reunião com a Brizabel
219 chamando a atenção que todas as demandas do OP não estão no orçamento do ano. Em 2005 nós
220 também reivindicamos que não estava, conversamos com ela e houve uma suplementação, que era
221 para cobrir o Orçamento Participativo de 2006. Nós vemos que não tem para o orçamento do ano
222 que vem nada do que foi demandado do OP de 2007. O GPO distribuiu no Conselho do Orçamento
223 Participativo uma listagem de R\$ 500.000,00 para a assistência social, sendo que R\$ 200.000,00 era
224 da região Centro-Sul, e R\$ 300.000,00, que era a diferença, em um erro de encaminhamento, porque
225 o Conselho do Orçamento Participativo discute orçamento e não discute demanda, eles disseram
226 que R\$ 300.000,00 são para SASE, como se isso pudesse ser incluído lá. Então, R\$ 300.000,00 para
227 SASE. O Conselho do Orçamento Participativo não demanda, quem demanda são os delegados
228 dentro da região. O Conselho do Orçamento Participativo com os Conselheiros defendem o
229 seguinte: se disserem que precisa de R\$ 2.000.000,00 para a assistência social e o GPO diz que só
230 tem um milhão e meio, e para pegar mais quinhentos vai ter que tirar de algum lugar, é isso que os
231 Conselheiros vão discutir, de onde tirar, mas não dizer que esses quinhentos é para botar naquilo ali
232 e inventar demanda. Tem um problema seriíssimo de encaminhamento no Conselho do Orçamento
233 Participativo, que está demandando. Outra coisa, R\$ 300.000,00 de SASE, da forma como o GPO
234 fez, dividiu por 16 regiões, tem região que está com R\$ 12.000,00, tem região que está R\$
235 24.000,00. Se nós pegarmos um convênio de 20 metas de SASE, quanto custa, Heloísa? **Sra.**
236 **Heloísa Helena L. Vinõlo:** São R\$ 25.000,00. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Então, ou
237 vamos trabalhar meio ano, ou vamos trabalhar com a metade das crianças. Por outro lado, na
238 inauguração da sede da FASC o Prefeito disse que a única Secretaria que recebeu recursos foi a
239 FASC, R\$ 8.000.000,00 a mais. Então, uma coisa é o Ação Rua que está lá no orçamento, está lá,
240 está previsto, é para isso, e outra é a ação de dentro, que é a nossa, de cobrar que haja orçamento
241 para as demandas do Orçamento Participativo, para aumentar as metas. Eu estava lendo, por que eu
242 estou tão quente? Porque eu li as atas hoje à tarde! Nas atas está dito isso, que aquele orça.mento,
243 aquela planilha não vai fechar porque não consta o Orçamento Participativo, está lá, está
244 documentado! Inclusive tem um fechamento na ata que diz o seguinte, foi a Míriam que disse, que

245 nós podemos aprovar a planilha, mas nós temos prova de que nos preocupamos que o orçamento
246 não estava fechando, não estava completando, que não estava contemplando as demandas. Esse é o
247 nosso documento dizendo da nossa preocupação. Nós aprovamos o orçamento para não perder a
248 dada e ficar sem nada, mas não dissemos que aquilo era suficiente. Então, só queria esclarecer isso,
249 porque daqui a pouco tu não aprovas o Ação Rua, mas esse dinheiro não vai lugar nenhum. Então,
250 são duas coisas diferentes e não excludentes. Nós queremos essa ação, particularmente, eu acho que
251 o projeto é bom, tem algumas coisas que a gente já colocou, que é a questão da própria retaguarda,
252 aí nós precisamos do SASE. Então, são dois movimentos paralelos, não são separados. **Sra. Eliane**
253 **Gassen:** Só para não perder, mas nós não acabamos ficando na mesma? Porque senão aprovada essa
254 verba nem tem para nenhuma outra coisa, mas se aprovamos vai ser gasto nisso. E a retaguardas,
255 porque ele vai mapear tudo isso, vai trazer para as regiões e a gente faz o que depois? De qualquer
256 forma o dinheiro vem, vai ser investido. **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:** Só para esclarecer, eu
257 represento este Conselho referente ao COP. O que foi votado no COP, o que foi apresentado, era
258 25% a mais para assistência social. Então, os Conselheiros entenderam que seriam atendidas as
259 demandas do OP com esses 25%, não foi apresentado o Ação Rua, foi apresentado na semana
260 retrasada. Então, eles fizeram um plus de mais R\$ 500.000,00, que não é, são R\$ 600.000,00, que
261 era R\$ 300.000,00 para aumentar os valores de SASE, não especificamente para conveniados, R\$
262 200.000,00 para a Casa de Convivência, da Centro-Sul, e mais R\$ 100,00, que não aparece aqui,
263 que é para Trabalho Educativo. Não foi dito em momento algum para os Conselheiros que esse
264 dinheiro que estava sendo aumentado na FASC seria já destino gravado. Por isso aumentaram mais
265 R\$ 300.000,00, que não era nem para conveniar SASE, era para aumentar o recurso de SASE,
266 porque este ano não chegou aos 16% que o SASE tem todos os anos. Então, para aumentar os
267 recursos dos repasses de SASE. Iara, o Ação Rua é um projeto bom, mas se não tivemos o SASE
268 não adianta nem largar o dinheiro. Então, junta esse dinheiro e joga fora, que é melhor do que
269 começar uma coisa que não vai ter onde colocar a criança, vai ficar uma coisa capenga. Recolher a
270 criança da rua e não dizer para ela: “Agora eu não tenho onde te botar”, vai ficar pior ainda. Então,
271 nós temos que ter bem casado, foi a minha briga aqui quando nós aprovamos a matriz, quem estava
272 aqui lembra. Eu questionei que não tinha dinheiro para o OP, ainda falei que fazer ressalva não vai
273 garantir o OP, como tem um monte de convênio de 2006 que até agora não foi assinado, porque
274 suplementação não cobriu todo os convênios demandados. **Sra. Júlia:** Só pontuando sobre isso, nós
275 sabemos dos desdobramentos de SASE, como dos outros serviços em relação a rede de abrigagem,
276 todo o resto que compõe o universo dos serviços que vão servir de retaguarda. Talvez a idéia do
277 Ação Rua, que tem um pé na Rede Básica, dê-se muito em função disso, mas a própria supervisão
278 da Rede Básica das equipes que trabalham nas contas poderem estar articulando melhor,
279 potencializando essas vagas que existem de SASE, a idéia é essa, que as equipes possam estar
280 acompanhando as famílias e encaminhando essas pessoas. Se não tiver o SASE neste momento que
281 seja articulado com outras secretarias outras possibilidades, que a equipe possa ser a criadora e a
282 propulsora desses encaminhamentos. **Sra. Presidente:** Eu acho que tem outra coisa, que são as
283 articulações, um pouco do que a Júlia já colocou, que são as articulações que cada profissional faz
284 no atendimento dos casos. Então, não, necessariamente, que a demanda do Ação Rua seja só de
285 SASE, há outros atendimentos e outras alternativas na Cultura, da Educação, outros espaços que
286 podem estar sendo atendidos. Tem também o Projeto Escola de Circo, que está em previsão de
287 implantação, são outras ou novas alternativas que vão poder estar sendo potencializadas. Eu acho
288 que um projeto não inviabiliza, não invalida, o que a Iara colocou em relação à pressão com relação
289 ao OP da ampliação do SASE e demais programas. Mais alguma coisa? Então, vamos para a
290 votação. Quem concorda com a aprovação do Projeto Ação Rua para implantação em 2007 levante
291 a mão: treze. Quem discorda? Sete contra. Quem se abstém? Quatro abstenções. Então, o projeto
292 está aprovado. **4. Relato sobre a Reunião Ampliada do CNAS (e demais representações).** Vamos
293 para o próximo item, eu que a Iara conversamos de deixar isso para o dia 18, porque a Mariazinha

294 não está, para todos poderem fazer um relato. Nós temos também um relato das demais
295 representações, que a gente poderia estar fazendo hoje ou junto, do dia 18. O que vocês acham? **Sra.**
296 **Maria Bernadette M. de Medeiros:** Não, vai acumular tudo para o dia 18. **Sra. Iara de Fátima**
297 **Bueno da Rosa:** É, eu acho que dava para ser hoje. **Sra. Presidente:** Eu queria registrar que nós
298 recebemos um relatório, como aquele modelo de relatório que a gente distribuiu, que ainda tem aqui
299 para as representações. Então, o Carlos encaminhou, eu acho interessante a gente estar mantendo
300 esse mesmo sistema, encaminhou um relatório da reunião, os assuntos tratados, encaminhamentos,
301 entregou ao CMAS. Eu acho que a gente poderia estar criando como rotina esse procedimento.
302 Então, vamos chamar o Carlos para apresentar o Seminário de Hierarquização. **Sr. Carlos B. da**
303 **Silva:** Foi discutido no seminário a venda da sexualidade como um produto em todos os sentidos,
304 na sociedade como um todo. Como encaminhamento campanha para resgatar valores humanos, os
305 valores que estão se perdendo ao longo do tempo, inclusive, isso é um dos males da televisão. Ela
306 trouxe, de contra partida a desvinculação familiar, que há muito tempo não se conversa mais, não
307 existe mais esse diálogo familiar. A valorização do trabalho na escola foi outro encaminhamento,
308 inserindo a participação direta da criança e do adolescente, quer dizer, transferir esse seminário para
309 dentro das escolas e instituições, trazendo a criança e o adolescente para que também dêem a sua
310 opinião. Terceiro encaminhamento: seminário voltado ao conceito de família, o que é a família hoje,
311 que família é essa, como ver e se ter a família. Então, era isso. **Sra. Presidente:** Obrigada, Carlos.
312 Seminário Democracia e Informação pela Heloísa. **Sra. Heloísa Helena L. Vinõlo:** No seminário se
313 discutiu a questão de como envolver aquelas pessoas que nunca participam, os menos favorecidos,
314 que estão excluídos do processo. Então, tomamos como encaminhamento a questão de como
315 engajar essas pessoas e engajá-las para trazer elas para a participação. Também aquelas pessoas de
316 uma classe social mais alta, que também acabam não se envolvendo. No sentido de
317 encaminhamento também, como passar a participar do controle financeiro e da arrecadação,
318 trabalhar a questão de como aumentar os recursos, trabalhar melhor a questão de que não pode ser a
319 participação só para querer demandas, tem que ter a participação da sociedade como fiscalizadora e
320 controladora do processo. Dia 16 nós vamos ter a continuação, na sl. 10, no Mercado, que aí vamos
321 segui, porque o Banco Internacional está fazendo o acompanhamento, a UFRGS, a ULBRA também
322 e o Observa POA para vermos o motivo que as pessoas deixam de participar, ou porque outros
323 nunca chegam a participar. E se me permitirem, já que estou aqui dentro, a Tripartite do COP não
324 está fazendo visitas, apesar de que vai ser impressa este mês, porque não tem recurso para o OP.
325 Então, foi decidido pela Tripartite não se fazer visita e não se gastar dinheiro em gasolina, já que
326 não vai ter dinheiro para fazer demanda. **Sra. Presidente:** Inauguração da nova sede da FASC pela
327 Iara. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** O meu registro sobre essa questão acho que já fiz
328 anteriormente. Eu fui representando a Presidente, houve cinco falas, entre elas a nossa. Nós
329 chamamos a atenção, cumprimos o Governo Municipal por ter dado atenção em cuidar os que
330 cuidam dos outros, que é a questão da qualidade de espaço de trabalho. Era uma demanda dos
331 funcionários há muito tempo e quem visitou a sede da FASC pode ver a diferença de condições de
332 trabalho. Isso se deve até á perseverança dos próprios funcionários no sentido de acreditar que um
333 dia poderiam se mudar, porque tinha funcionários com estavam a 10, 12 anos esperando a mudança.
334 A outra surpresa foi aquilo que eu falei dos oito milhões que a gente gostaria de saber onde vão
335 estar no acréscimo do orçamento para assistência social. **Sra. Presidente:** Teleconferência pela
336 Diva. **Sra. Diva:** Da PUC é assim, a pessoa que vinha fazer o encerramento teve um problema com
337 o vô e não veio. Então, foram apresentados alguns projetos de mestrandas da PUC. Houve uma
338 fala da Berenice, mas a pessoa que vinha falar, que era a Beatriz Paiva não conseguiu vir. Em
339 relação à teleconferência tenho algumas informações importantes: a conferência foi feita pelo MDS,
340 foi colocado que em relação à reprogramação o recurso de 2004 para traz devolução total desse
341 recurso; 2005/2006 reprogramação dos 100%. Essa grana pode ser utilizada para a capacitação de
342 técnicos, qualificação do serviço. Não pode aumentar as metas, tem que trabalhar na qualificação,

343 porque, na verdade, essa grana é o que sobrou de 2005/2006, não vai programar mais metas se não
344 vai contar com ela depois. Agora nós não vamos discutir quanto temos que gastar, mas no que
345 vamos gastar. Então, tem a Portaria n.º 351, que revoga a anterior, autoriza a reprogramação de
346 100%, já publicado no Diário da União. Outra coisa que eles trouxeram como informação é que no
347 sistema CAD SUAS e o SIG SUAS, que é o Sistema de Informação de Gestão, eles vão abrir para
348 um detalhamento maior, até que se chegue a informação do trabalho com o usuário, de todos os
349 serviços que são co-financiados pelo Governo Federal. Então, eles vão fazer um banco de simulação
350 até dezembro, onde os municípios vão ter que colocar o maior número de informações possíveis ali
351 para a partir de janeiro ser implantado esse sistema. O MDS vai fazer um monitoramento do
352 serviço, vai ter monitoramento das contas e vai tentar baixar um monitoramento do que está sendo
353 feito lá. Então, eles vão fazer essa simulação agora e a partir de janeiro vai ser a implantação desse
354 sistema. **Sra. Presidente:** Só um esclarecimento, vocês lembram que veio para o Conselho e foi
355 aprovada a reprogramação de 20% do saldo. Então, só para deixar claro que virão da FASC novos
356 projetos por conta desses 80% restantes, que agora ficou inteirado pelo MDS. **Sra. Iara de Fátima**
357 **Bueno da Rosa:** A Diva falou da reprogramação e eu gostaria que fosse pedida uma informação se
358 dá para ter edital para a qualificação das entidades conveniadas também. Gostaria que nós
359 pudéssemos ver isso, equipamentos, essas coisas assim. **Sra. Diva:** Eles não pautaram o nível do
360 que dá e o que não dá. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** É porque são dois momentos: um é a
361 parte técnica que negocia, que faz a ponte com o MDS, e o outro é o entendimento do CTAC, ou do
362 jurídico da FASC do que vai aplicar. Então, nós queremos que o MDS nos diga o que pode usar
363 para nós sentirmos esse respaldo para poder encaminhar projetos, as entidades poderem encaminhar
364 projetos para se qualificarem. A Sandra acabou de falar, nós já mandamos de 20% e agora vão
365 mandar os outros 80%. A minha reivindicação é que dentro desses 80% possam estar entidades
366 conveniadas. **Sra. Presidente:** É que eu quero colocar é que dos 20% que vieram, em relação, eu
367 não vou ter tudo de cabeça agora, mas pelo menos todos eram repasse para entidades conveniadas.
368 **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Nós estamos falando de ação. **Sra. Jozélia:** A Presidente do
369 CMAS tem senha do MDS e a gente manter permanentemente disponibilizado para consulta. É
370 rápido, a gente faz, em duas, três horas vem a resposta. **Sra. Presidente:** A próxima representação,
371 Comissão do Edital II, pela Iara. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Ah, mas isso já morreu.
372 Houve dois editais de casas lares que vocês sabem. Eram seis casas lares, no primeiro edital três
373 estiveram com a gente lá, que foram conveniados, aí se teve que abrir outro edital para mais três.
374 **Sra. Presidente:** Outorga de Prêmio para ASSAFON, a Heloísa. **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:**
375 Homenagearam as entidades que fizeram parte da diretoria da ASSAFON, todas as entidades foram
376 chamadas e diplomadas desses dez anos de todos que fizeram parte da diretoria. **5. Projetos para**
377 **MDS – Emendas Parlamentares e Portarias.** **Sra. Presidente:** Agora, vamos para o próximo
378 item, aí convido a Jozélia e o João, da FASC, para estarem apresentando. **Sra. Jozélia:** O MDS abre
379 durante o ano portarias, que é uma forma de captação de recurso, a gente concorre, não quer dizer
380 que a gente ganhe. Durante o processo a gente apresenta, eles ficam pedindo que tu alteres o projeto,
381 arrume isso, arrume aquilo. Agora, quando chega o final do ano, a gente precisa da aprovação do
382 CMAS, por isso a gente nós traz antes, inclusive, nós apresentamos quinze este ano, dois a gente já
383 excluiu porque não estavam corretos. Também, durante o ano, os deputados, senadores, apresentam
384 emendas parlamentares, que também a gente tem que encaminhar o projeto técnico todo dentro
385 desse sistema SUAS Web, que se chama SISCO, o projeto vai *on-line* para Brasília. Toda e
386 qualquer ação para ser desenvolvida tem que ser com a aprovação do Conselho Municipal de
387 assistência da região como fiscalizador. São quinze, foram avaliados pela Comissão de Políticas.
388 Este ano foram três portarias, para as quais apresentamos quatro projetos. Temos emendas
389 parlamentares dos Deputados Nelson Proença, Alceu Colares, Sérgio Zambiasi, Mendes Ribeiro e
390 da Maria do Rosário. Todas as emendas vêm gravadas, inclusive as entidades, as quais vão receber.
391 Esses dias a Iara me questionou da ilegalidade ou da legalidade de dizer qual era a entidade, na

392 mesma noite saiu no Jornal Nacional que as emendas têm que ser dessa forma, dizendo a entidade, a
393 emenda não pode ser aberta. Todo o recurso recebido requer contrapartida, que tem que ser bancada
394 pelo município, gravada no orçamento. O total do recurso que nós estamos concorrendo dá R\$
395 900.000,00, dos quais o município tem que entrar com R\$ 240.000,00. Eu não sei se descrevo todos
396 os projeto, Iara. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Bernadete, nós não temos um parecer a
397 respeito desses projetos? **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** Sim, está no caderno de atas,
398 mas de uma certa forma, pelo que eu me lembro, a Comissão de Políticas se manifestou favorável
399 na medida em que também no parecer do MDS já que estava favorável a todos esses projetos aí.
400 **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Já vem com portaria. Neste caso é bem aqui, por exemplo,
401 ou vem para a emenda do Nelson Proença, ou do Alceu Colares, ou não vem, eles já dizem para
402 quem querem mandar. Então, a gente diz rapidinho o que é. Portaria do MDS n.º 136. Ação
403 Economia Solidária do Desenvolvimento, Promoção de Inclusão Produtiva, implantação do centro
404 de capacitação, financiamento MDS, capital 45, corrente 205, contrapartida da FASC R\$ 50.000,00.
405 Então, são R\$ 150.000,00, demais é contrapartida. Outra Portaria n.º 137, que é PSB – Promoção
406 Social Básica, atendimento a quilombolas, são R\$ 30.142,86 de capital, R\$ 22.575,28, dá R\$
407 52.700,00 e R\$ 10.500,00 de contrapartida da FASC. Emenda Parlamentar Maria do Rosário,
408 Estrutura da rede de Proteção Social Especial: material de consumo e equipamentos para a rede,
409 conveniada no atendimento a PCD's. **Sra. Jozélia:** Como a emenda estava aberta e não tinha uma
410 entidade, a gente privilegiou as 20 conveniadas com a FASC e dividiu todo esse material,
411 consultando as entidades. É uma emenda grande, de R\$ 200.000,00 e a contrapartida da FASC é de
412 R\$ 40.000,00. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Segurança alimentar? **Sr. João Réus:** É uma
413 emenda do Deputado Nelson Proença, não veio gravada, um valor total de R\$ 200.000,00, que aí se
414 fez vários projetos relacionados com segurança alimentar. O primeiro é a construção de uma
415 cozinha-escola no Mercado Público, existe já um espaço para isso que não está sendo utilizado, há
416 uma discussão com a associação dos cessionários do Mercado. É uma emenda no valor de R\$
417 52.300,00, financiamento do MDS, R\$ 15.000,00 de contrapartida da FASC. A 007 e 009 é
418 adequação dos prazos para instalação das cozinhas comunitárias. A 007 é na noroeste e a 009 é no
419 Timbaúva. É em torno de R\$ 17.000,00 e R\$ 4.500,00 de contrapartida da FASC nos dois casos.
420 Emendas n.º 10, 13 e 14, é a implantação de uma agroindústria na Lomba do Pinheiro, com o intuito
421 de melhor aproveitar o que se produz na Cidade, principalmente a produção agrícola no município é
422 hortaliças e frutas vendidas *in natura*, eles têm, uma perda aproximada de 20%, porque nem tudo
423 que se produz é vendido na hora. A idéia é qualificar o pessoal para trabalhar com esses produtos. A
424 13 é o galpão para abrigar a agroindústria e a n.º 10 os equipamentos. A 14 é equipamento para uma
425 padaria na Ilha dos Marinheiros. Até existe uma equipe que produz, mas hoje eles têm um forno, e
426 diante disso a gente levantou esse recurso para equipar o espaço e a padaria, que funciona junto a
427 COPAL. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** COPAL ou o clube de mães? **Sra. José Réus:** É o
428 Núcleo Fome-Zero da Ilha dos Marinheiros, são pessoas que trabalham com a padaria. **Sra. Iara de**
429 **Fátima Bueno da Rosa:** Tu disseste que essas emendas de segurança alimentar eram abertas, que
430 vocês definira fazer, eu acho que a coisa tem que ser ao contrário, nós temos que definir onde tem
431 que fazer. Nós não sabemos quais foram os critérios usados para definir isso. A questão aprovação
432 da portaria é uma coisa, agora, definição de onde fazer nós podemos. E uma outra coisa que me
433 chama atenção, construção de cozinha-escola no Mercado Público, aí vocês dizem que estão com
434 problema com o cessionário, são eles que mandam no Mercado Público? A Prefeitura não manda
435 nada no Mercado. Então, vai fazer um negócio para eles dizerem se pode usar ou não? Eu acho que
436 não é o espaço, o Mercado Público, principalmente, não é um espaço para fazer nada, porque eles
437 tiraram o Conselho da Mulher de lá, eles tiraram os guardas de lá. Quer dizer, não manda nada.
438 Então, nós vamos equipar, usar o dinheiro para botar em um lugar que não pode ser usado? **Sr. Frei**
439 **José Bernardi:** Eu quero só esclarecer em qual associação vai funcionar, é o espaço do Clube de
440 Mães? **Sr. João Réus:** Onde hoje é a sede da COPAL, nos fundos da sede da COPAL, onde tem

441 uma capela, vai ser construído o espaço da cozinha comunitária da Ilha Grande dos Marinheiros.
442 Nesse espaço há a previsão de uma área onde vai funcionar essa cozinha. Quem pediu foi o Núcleo
443 Fome-Zero da Ilha, que é formado pela COPAL e pela creche. **Sra. Gleci G. Alvarenga:** Não é
444 nada disso, não tem nada a ver, está muito errado. Eu faço parte do Fome-Zero, eu acho que a Iara
445 tem toda a razão, estão definindo as coisas sem saber. Por exemplo, tem que participar da reunião
446 para ver, tem gente que já está com protocolo e eu não acho direito se está protocolo, mas não
447 assim, vai ser definido para o Timbaúva. Tem que ir lá, porque lá na Plenária não é assim a coisa, lá
448 se tu escolhes tem que votar, agora estão definindo para quem vai ser. Nós lá não vamos aceitar, não
449 adianta, tem que ser lá dentro do Fome-Zero para ver quem tem mais necessidade, porque a coisa
450 está ficando esculhambada, estão colocando cozinha sei lá onde, na Restinga, cozinha para fulano,
451 em quanto tem gente protocolada há três anos, tem gente entrando agora, há três meses e já tem a
452 cozinha. Vamos se respeitar! **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Vamos tentar encaminhar. **Sra.**
453 **Heloísa Helena L. Vinôlo:** Eu estava no dia que isso passou na Comissão de Políticas e eu
454 questioneei se esse dinheiro tinha que ser dado aí. Foi-me informado que esse dinheiro vem
455 comprometido, não foi dito em nenhum momento que o dinheiro veio aberto para o município
456 decidir onde botar. Eu questioneei, porque quem está sendo beneficiado são as mesmas regiões e não
457 é a ordem que tem de benefícios. Eu questioneei várias vezes e ainda veio no deboche que estavam
458 “parabenizando os amigos de rei”. Estão aí a Diva, a Cláudia, que estavam presentes, eu questioneei
459 e me disseram que veio gravado assim. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Só o do Nelson
460 Proença que veio aberto. **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:** É o único que veio para o Gabinete da
461 Governança decidir. O da Maria do Rosário tenho um questionamento, essa emenda é para
462 atendimento de criança e adolescente? **Sra. Jozélia:** PCD’s. A emenda do Zambiasse que elas
463 referiram, gravou Proteção Social Básica Centro Vita, mas Centro Vita é Especial. O Dirigente da
464 entidade esteve lá, fez todo um relato do trabalho deles na região, eu acrescentei na justificativa que
465 eles tem trabalho, se vai passar ou não vai passar não sei, fiz o que pude para que a entidade receba
466 o que o senador queria, mais do que isso era impossível. É isso, Sandra. **Sra. Presidente:** Vamos
467 encaminhar para a votação. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Eu acho que tinha que separar
468 algumas coisas. A definição deveria partir do Conselho as que não são gravadas. Eu acho que a
469 primeira coisa a se votar é isso, se vai aceitar essa indicação ou não se vai definir quais são os locais
470 aqui. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Só uma pergunta: na hora que tu passas a aprovação
471 tem que passar onde vai fazer? **Sr. João Réus:** Sim. A intenção é ver como organiza esse processo
472 de introdução do projeto o SISCON. Um dos critérios que a gente utilizou para poder apresentar
473 alguns projetos foi o fato de que o local tinha escritura, podia ser gravado que era cedido para
474 aquele espaço, se tinha ou não uso, possibilidade de uso do terreno por pelo menos 20 anos para
475 poder executar a obra. Nós vamos ter que arranjar um processo em que havendo o recurso isso seja
476 apreciado, vocês nos devolvem quais são as entidades e a gente começa a fazer esse ping-pong. **Sra.**
477 **Gleci G. Alvarenga:** Mas o do Fome-Zero tinha que ser assim: aprovado tudo bem, até concordo,
478 mas que fosse definido lá na Plenária o Fome-Zero. O Fome-Zero tem uma Plenária, não que a
479 FASC defina o que seja. Vai dar uma complicação que vocês nem imaginam, porque o povo que vai
480 lá não é fácil, eles brigam mesmo, não aceitam que ninguém defina nada. Esse negócio das duas
481 cozinhas tinha que ser definido lá, colocasse que vai ser definido na Plenária do Fome-Zero, tudo
482 bem, eu sou uma que seria favorável, só que não definisse para quem. **Sr. João Réus:** Temos que
483 ver neste estágio que está como a gente coloca. **Sra. Gleci G. Alvarenga:** Deviam ter pensado antes
484 de definir, a FASC sabe como funciona o Fome-Zero, porque nada do que é dito lá é aceito, quem
485 define é a Plenária, se a Plenária definir errado o problema é dela. Isso não vai dar boa coisa, vou há
486 três anos lá e sei como funciona. Então, que vá lá, não interessa, as duas cozinhas vão para lá, mas
487 que seja definido lá. **Frei José Bernardi:** Eu não entendo a emenda do Alceu Colares. **Sra. Jozélia:**
488 A emenda do Alceu Colares é uma emenda grande, veio definida, veio fechada. Ele pediu o Amparo
489 Santa Cruz, Lar da Amizade, aquisição de gêneros alimentícios e vestuário para a população de rua.

490 **Sra. Presidente:** Eu acho que a gente já pode encaminhar, e alojamento também. São R\$
491 350.000,00 da emenda, que para o Município receber a FASC tem que investir R\$ 70.000,00. **Sra.**
492 **Presidente:** Quem sabe a gente encaminha os projetos que já estão fechados? **Sra. Iara de Fátima**
493 **Bueno da Rosa:** Então, tem a emenda do parlamentar Alceu Colares, que é população de rua, que a
494 Jozélia colocou agora. Emenda do Sérgio Zambiasi, que é equipamento de lavanderia para o Centro
495 Vita, é fechado também, R\$ 50.000,00 dele e R\$ 10.000,00 da FASC. Emenda do Mendes Ribeiro,
496 Sociedade dos Surdos, construção de canchas poliesportivas, R\$ 58.039,000 do MDS, R\$ 14.502,00
497 da FASC. E tem esta última. **Sra. Jozélia:** Em substituição ao 2 e 4 que nos foi negado, como o
498 resto dos municípios do País não conseguiram apresentar o projeto eles abriram para Porto Alegre
499 semana passada, a gente gravou cinquenta para material permanente, abrigagem de criança e
500 adolescente. **Sra. Josiane S. Cardoso:** Essas emendas, não tem data definida? **Sra. Jozélia:** Nós já
501 estamos no segundo parecer, com a aprovação do CMAS a gente manda a documentação, o prazo é
502 dia 7 ou 8 agora, para se encaminhar para Brasília. **Sra. Josiane S. Cardoso:** No caso para vir em
503 2007, é isso? **Sra. Jozélia:** Eu acredito que não dá tempo de mandar em 2006, mas eles dizem que
504 mandam ainda em dezembro. Eu acho que entra em janeiro, fevereiro. **Sra. Josiane S. Cardoso:** E
505 a FASC tem recurso gravado nos programas? **Sra. Jozélia:** Sim. Nós gravamos para poder dra a
506 contrapartida da nossa preocupação de equipar as unidades de abrigo. **Sra. Iara de Fátima Bueno**
507 **da Rosa:** Nessas portarias já definidas onde vão ser usadas podemos dar o parecer favorável?
508 Podemos aprovar? Alguém é contra? Alguém se abstém? Aprovado por unanimidade as que estão
509 gravadas. Voltamos à discussão da emenda do Parlamentar Nelson Proença, que se refere à
510 segurança alimentar. Aprovação pelo Conselho, mas encaminhamento, segundo sugestão da
511 Conselheira, para a discussão da localização através da Plenária do Fome-Zero. Está ok? Quem
512 concorda com esse encaminhamento? **Sra. Marisa Godinho:** São as cozinhas e as indústrias? **Sra.**
513 **Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Nós estamos falando de todos os projetos de segurança alimentar,
514 é a 006, 007, 009, 010, 013 e 014. São as emendas do Deputado Nelson Proença estão sendo
515 aprovadas com a condição de que a discussão da localização seja feita dentro da Plenária do Fome-
516 Zero. Podemos aprovar assim? Alguém é contra? Alguém se abstém? Está aprovado por
517 unanimidade. **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:** Qual é o valor total? **Sr. João Réus:** O valor total é
518 em torno de R\$ 180.000,00 do Deputados, mais a contrapartida. **8. Confraternização 18/12. Sra.**
519 **Presidente:** Nós vamos deixar a aprovação de atas para a próxima, o calendário 2007 para a
520 próxima também e temos uma combinação em relação à confraternização do dia 18, que é a última
521 do ano. Haverá a Plenária normal, fazendo algumas coisas urgentes, mais o relato da reunião
522 ampliada do CNAS e depois a confraternização. Então, cada um traz alguma coisa, como a gente
523 faz? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Vamos trazer, quem puder, quem não puder trazer
524 refrigerante. Agora é o seguinte: vocês lembram da discussão do projeto de adequação e ampliação
525 das metas de PETI de 2006? Já discutimos isso de que o Governo Federal passava para 4.100 metas,
526 isso é o que ocasiona um pouco dessa reprogramação, porque a execução do município era de 1.400,
527 1.500. Então, nós discutimos a questão de formação de novos núcleos de PETI. E fizemos alguns
528 questionamentos na Comissão de Políticas sobre informação sobre o núcleo de famílias atendidas
529 por região NASF e PETI e o número de famílias atendidas em cada núcleo, bem como as demandas
530 reprimidas com dados atualizados. Nós recebemos essa posição. Olha, correndo assim não dá, vou
531 ser bem franca, não estou me sentindo em condições de tratar do assunto. O problema todo é que
532 temos dois sistemas recursos para a utilização, que é o recurso dos três núcleos, tem o dinheiro, nós
533 precisamos implementar para entrar já o não que vem tendo esses outros núcleos também. **Sra.**
534 **Maria Bernadette M. de Medeiros:** Sem muita certeza, porque, na realidade, eu já cheguei na
535 reunião com o caminho andado, mas havia uma proposta de implementação, veio a Leila aqui da
536 FASC dizendo que tinha recursos dentro do próprio programa para realocar, criar mais três núcleos
537 de PETI. Então, significa um técnico, e não é número de bolsas, não é aumentar bolsas, é núcleo de
538 atendimento às famílias. Então, isso significa técnico e vale-transporte. Então, havia dinheiro para a

539 implantação de mais três núcleos, e havia também uma proposta da FASC de desmembramento do
540 núcleo do CGEB, que hoje atende 100 famílias para dividir em dois para dar mais um para ficar
541 atendido. A Leila esteve aqui, explicou tudo, e o que nós recomendamos na Comissão de Políticas?
542 Que se concordava com a criação de mais três núcleos e que pelos índices sugeridos pela própria
543 FASC, que seriam naqueles lugares, além do índice de vulnerabilidade, a demanda reprimida, que
544 os assistentes sociais da região não estavam dando conta. Então, foi sugerido que seriam dois na
545 Glória e um no Centro, que é onde teria mais demanda reprimida. E não se concordou com a divisão
546 do núcleo do CGEB, porque para preservar na rede própria, nós estamos cada vez mais para a rede
547 cuidar das coisas. E na reunião se firmou que era interessante se manter no CGEB essas 100
548 famílias que estão sendo atendidas. Vamos tentar arranjar recursos não sei de onde para atender isso
549 aí. Então, ficariam quatro núcleos, os do CGEB com 100 e mais três núcleos nessas regiões. **Sra.**
550 **Iara de Fátima Bueno da Rosa:** É bem isso, é que eu não participei da discussão. É apenas o
551 cruzamento de dois dados, primeiro, demanda remida, segundo, índice de vulnerabilidade que
552 consta no mapa da inclusão e exclusão. Está tranquilo? Estão todos esclarecidos? Antes da votação
553 só colocar que é importante a participação, pelo menos na Comissão de Políticas, até quem não
554 participa pode vir, pega os livros, lê os encaminhamentos. A gente pega muita informação e às
555 vezes parece que a gente está induzindo as pessoas a votarem a favor ou contra, mas não é isso, a
556 gente faz um ping-pong com a própria FASC, a gente remete, pergunta. Então, quando vem para cá
557 está mastigado, aí parece às vezes que a gente está defendendo, mas não é isso. Então, estão aqui as
558 cópias dos projetos, o livro, a nossa coordenadora da comissão faz sempre um detalhamento das
559 coisas. Então, podem vir verificar porque isto aqui é aberto para todos. Então, podemos aprovar?
560 Alguém é contra? Alguém se abstém? Então, aprovado. A outra questão é o dinheiro que tem, que é
561 o orçamento do Conselho de R\$ 80.000,00 que nós tínhamos e mais o saldo que nós gastamos aí,
562 que é para a compra dos equipamentos para o Conselho. Quem esteve aqui na posse dos
563 Conselheiros viu caixa de som emprestada, microfone emprestado e mais uma série de coisas para
564 adequação. Então, existe essa verba. Na realidade, ano passado, que era outra diretoria, essa verba
565 até nós acabamos não usando, não sabíamos, era outubro, já não dava mais tempo de fazer nada.
566 Essa aí nós ficamos jogando com as questões do ano, tem essa verba porque nós não queríamos
567 discutir, equipar a sede sem trocar de sede. Como íamos pedir para trocar cadeiras, que é essa a
568 idéia, a idéia é termos também uma televisão, DVD, qualificar o Conselho, substituição de
569 computadores, que na Comissão de Políticas se tenha um computador para que se possa fazer essas
570 consultas. Então, tem uma série de coisas que a gente precisa implementar e como tem um dinheiro
571 a mais também a gente fez uma verificação nos próprios equipamentos da FASC também, no centro
572 regional, que daqui a pouco também precisa de uma qualificação. Então, esse projeto é para a
573 utilização desses recursos. Então, nós disponibilizaremos toda a listagem do que se está
574 pretendendo. Vamos gastar? Ok. Era isso. Podemos aprovar? Alguem é contra? Ok, aprovado. **Sra.**
575 **Maria Bernadette M. de Medeiros:** É bem rápido. Eu queria dividir com vocês uma preocupação,
576 porque eu estou muito agoniada, não sei se entendi bem as notícias que saíram no jornal esse final
577 de semana da absorção da Secretaria do Trabalho e Assistência Social pela separação da Secretaria
578 de Segurança e Justiça. No sábado saiu que ficaria na Secretaria de Segurança, junto com Polícia
579 Civil, Brigada Militar e que a Assistência faria o trabalho com as famílias dos necessitados. No
580 domingo saiu sobre a Secretaria de Justiça e Inclusão Social. Eu não sei o que isso significa, mas
581 acho que no momento em a política de assistência social está se firmando em todo o País com uma
582 política pública de inclusão social, de proteção e garantia de níveis sociais, vincular essa política a
583 ser um apêndice, seja da Secretaria de Segurança, seja da Justiça, significa de uma certa forma
584 vincular que a pobreza e a inclusão social tem uma conotação com segurança ou prisão. A gente tem
585 que estar alertas nesse sentido, movimentar todas as entidades que batalham na questão da
586 assistência social, que talvez a gente possa pautar isso para a outra assembleia, mas alguma coisa
587 tem que ser feita. **Sra. Marinês Sanhudo:** Bem rapidinho também. A Cidade de Porto Alegre em

588 2005 ganhou a qualificação de Cidade dos Direitos Humanos. No mundo inteiro são onze, Porto
589 Alegre é a décima primeira e é a segunda na América Latina, a primeira na América Latina é a
590 Argentina, Rosário. Agora está saindo uma amostra de ações dos direitos humanos, coordenada pela
591 APNES e pelo Movimento Popular das Aprendizagens de Direitos Humanos, que tem representação
592 internacional aqui no Brasil. Então, começou hoje e vai até o dia 08, tem muita coisa interessante,
593 consegue-se enxergar a rede articulada de ONG com governo. Tem oficinas acontecendo, uma delas
594 vai ser um espaço no dia 07-12, das 10 às 12 horas, onde a SMED vai apresentar alguns projetos,
595 que é a Justiça Restaurativa, Escola Aberta, Cor da Cultura e Cidade Escola. E tem uma oficina para
596 educadores, professores e demais pessoas da comunidade, que vai ser feita com o NUCREAD, que
597 é uma oficina de sensibilização das notificações das situações de violência, que vai acontecer
598 amanhã à tarde, das 15 às 17 horas. É no Mercado Público, espaço aberto e sl. 10, no Mercado
599 Público. (Encerra-se a reunião às 20h28min)